



Senadores rejeitam indicação política para empresas estatais

Texto sobre agências reguladoras aprovado ontem excluiu mudança feita pela Câmara para permitir nomeação de parentes de políticos em diretorias ou conselhos de administração

O Plenário rejeitou ontem uma alteração feita pela Câmara no projeto de lei das agências reguladoras que permitiria a indicação de parentes de políticos e de dirigentes partidários para os conselhos de administração e as diretorias de empresas públicas. Aprovada pelo Senado em 2016 e enviada para análise dos deputados, a proposta contém medidas para dar mais transparência às agências reguladoras e evitar a interferência privada no setor regulado.

Também foi aprovado o projeto que autoriza a criação dos juizados especiais criminais digitais. Os dois projetos vão à sanção. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Davi (C) comanda a sessão de votação do novo Marco das Agências Reguladoras: proposta deve dar mais transparência e evitar interferência no setor regulado

Plenário acata nome para a direção da ANTT **3**

Fundo da educação básica volta a ser tema de debate **4**

Crise fiscal não é fácil de resolver, diz instituição **4**

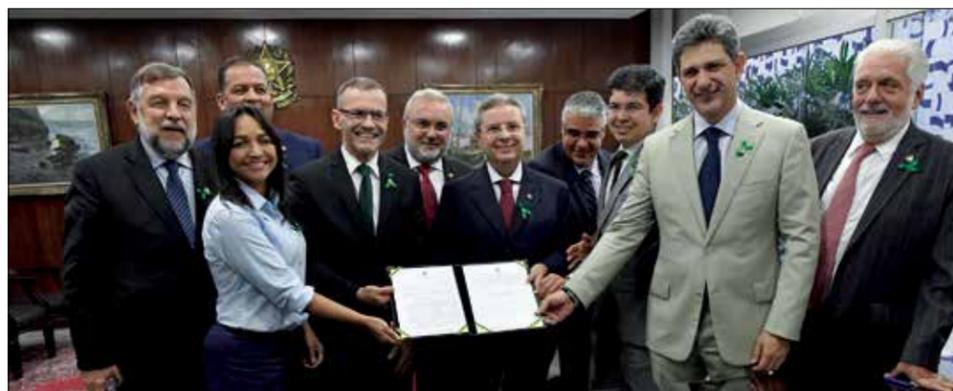
Vai à Câmara regra que torna prédio público acessível **6**

Junho Verde será dedicado ao meio ambiente

Liderados pelo presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fabiano Contarato, senadores entregaram ao

vice-presidente do Senado, Antonio Anastasia, a programação do Junho Verde, mês que será dedicado às causas

ambientais, com debates sobre sustentabilidade e a iluminação do Senado na cor verde. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Anastasia (C) com os senadores da Comissão de Meio Ambiente, que entregaram a programação do Junho Verde

Limite de idade para filho receber pensão por morte pode aumentar

Segue para a Câmara dos Deputados o projeto que amplia o limite de idade para recebimento, pelos filhos, de pensão por morte de um dos pais. Projeto que passa o limite de 21 para 24 anos, desde que o beneficiado comprove vínculo escolar, foi aprovado em decisão final pela Comissão de Assuntos Sociais. A proposta foi apresentada pela senadora Rose de Freitas, com a intenção de evitar a inserção prematura do jovem no mercado de trabalho e a interrupção de sua formação universitária.

Hoje, quando o dependente é estudante e completa 21 anos, precisa entrar na Justiça para tentar prorrogar o benefício. **7**



Gerardo Magela/Agência Senado

Romário preside reunião que aprovou texto na Comissão de Assuntos Sociais

Davi: MP do Código Florestal não será votada pelo Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem em Plenário que cumprirá acordo com os líderes partidários e só votará duas das três medidas provisórias que têm validade até segunda-feira. A MP que altera regras de regularização ambiental perderá a eficácia. Para Davi, os senadores estão certos em querer mais tempo para deliberar sobre o tema. **2**

Relator de textos contrários apoia decretos sobre armas de fogo

O senador Marcos do Val apresentou à Comissão de Constituição e Justiça voto contrário aos projetos de decreto legislativo que consideram inconstitucionais e ilegais as novas regras editadas pelo presidente Jair Bolsonaro sobre armas de fogo, e pretendem derrubá-las. A discussão do texto do relator dos projetos será na próxima semana. **5**

Gerardo Magela/Agência Senado



Ex-jogadora de vôlei, a senadora Leila Barros recebe, na Comissão de Assuntos Sociais, o diretor do Departamento de Desporto Militar do Ministério da Defesa, general Jorge Smicelato, que veio pedir apoio dos senadores para o Programa Forças no Esporte e o Projeto João do Pulo, que buscam revelar talentos esportivos e oferecer oportunidades de inclusão social a crianças e adolescentes por meio do esporte. **7**



Davi informou ter acertado com Rodrigo Maia a votação pela Câmara de PEC que altera a tramitação de MPs

MP do Código Florestal perderá validade, diz Davi

Presidente do Senado anunciou ontem, em Plenário, acordo que definiu que a Medida Provisória 867/2018, que muda regras de regularização ambiental, não será votada, deixando de ter eficácia

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, anunciou ontem em Plenário que cumprirá acordo com as lideranças partidárias e só votará duas das três medidas provisórias que têm validade até segunda-feira. Assim, as MPs 871 e 872, de 2019, serão votadas hoje. Já a 867/2018, que muda regras de regularização ambiental, perderá a eficácia.

— Não vamos votar a MP 867 por conta da insatisfação dos senadores em relação ao prazo. Os senadores estão certos, querem mais tempo para deliberar — afirmou Davi após a sessão.

Durante a ordem do dia, vários senadores se manifestaram contra a votação da 867.

— O projeto inclui mudanças no Código Florestal que

vão trazer um retrocesso para o nosso país — afirmou a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP).

Na mesma linha foi o senador Flávio Arns (Rede-PR):

— É muito melhor que a MP deixe de existir, se vier com essas mudanças, do que aprovarmos alguma coisa que vai colidir com tudo o que tanta gente boa vem desenvolvendo pelo Brasil — afirmou.

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) foi enfático ao apelar contra a votação da MP.

— É um escárnio com a população brasileira, com a população mundial, porque não é só o impacto no meio ambiente, isso vai impactar na economia. Nenhum país desenvolvido vai querer celebrar contrato com o Brasil — protestou.

Quanto às MPs que serão votadas, a 871 visa combater fraudes e benefícios irregulares no INSS, e a 872 amplia para 4 de dezembro de 2020 o prazo de pagamento das gratificações a servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Para atender o pedido dos senadores por mais tempo para analisar as medidas provisórias, Davi acertou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/2011, do ex-senador José Sarney. Pelo texto, a Câmara terá até 80 dias para analisar cada MP, e o Senado, 30. Caso a medida receba emendas dos senadores, os deputados terão mais 10 dias para deliberar.

Pelas causas ambientais, Senado terá Junho Verde

Senadores liderados pelo presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Fabiano Contarato (Rede-ES), entregaram ontem ao vice-presidente do Senado, Antonio Anastasia, a programação do Junho Verde. O mês será dedicado às causas ambientalistas, com a iluminação do prédio do Senado na cor verde e a promoção de debates sobre desenvolvimento e sustentabilidade, entre outros temas.

— Aquecimento global, desertificação e preservação das águas e das florestas, são vários os assuntos. Durante os dois anos de mandato, enquanto eu estiver presidindo a comissão, essas audiências públicas vão se tornar uma constante — disse Contarato.

A data foi escolhida em homenagem ao Dia Internacional do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho. Os senadores também apresentaram projeto de resolução para incorporar o Junho Verde

ao calendário permanente do Senado.

— Antes da eleição já se falava em acabar com o Ministério do Meio Ambiente. Mas se ele não conseguiu fazer isso de direito, está fazendo de fato. Acabou com a Secretaria de Educação Ambiental, enfraqueceu o Ibama e o ICMBio, está autorizando a extração de minério em terras indígenas. Nós estamos vendo que o Brasil caminha na contramão, no retrocesso — afirmou o senador.

Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a preocupação com o meio ambiente para garantir o desenvolvimento do país e a qualidade de vida das gerações futuras merece toda a atenção.

Ele disse que apoia a iniciativa defendida pelos senadores afinados com a causa ambiental. O presidente lembrou que já presidiu a Comissão de Meio Ambiente e afirmou que compartilha da ideia de que “um

programa como Junho Verde tem o potencial para promover o debate e a conscientização da sociedade sobre o tema”.

— Precisamos pensar no crescimento do Brasil, sim, mas não podemos esquecer a vocação para a economia verde. Precisamos ter um desenvolvimento que não só resulte na melhoria das condições de vida e na redução das desigualdades sociais, mas que leve em consideração os riscos ambientais e a escassez ecológica — ressaltou.

Integrante do grupo, Raul Góes (Rede-AP) questionou a medida provisória que altera o Código Florestal (MP 867/2018). Ambientalistas afirmam que a proposição anistia desmatamentos ilegais (veja na pág. 8).

— É uma MP originalmente pensada com um objetivo: regularização fundiária. E se tornou um festival de jabutis, que deforma o Código Florestal — disse o senador.

Para Marcos Rogério, sair da crise não é papel só do governo

Marcos Rogério (DEM-RO) fez uma análise ontem sobre o atual momento político. Para ele, a responsabilidade de tirar o Brasil da situação da crise que se encontra não é só do presidente Jair Bolsonaro.

— Todos nós temos um compromisso sério com o país. O pior é que os que mais criticam que o país está parado são justamente os que mais querem ver o país parado, querem ver o circo pegar fogo — disse.

Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro se elegeu sem omitir sua opinião sobre temas polêmicos, mas afirmou que isso não pode ser enfatizado ao ponto de atrapalhar os rumos do governo e do país.

Kajuru defende instalação da CPI dos Tribunais Superiores

Jorge Kajuru (PSB-DF) defendeu ontem que o Senado concentre esforços para aprovação da CPI dos Tribunais Superiores. Ele disse que se sente envergonhado com os dados da Transparência Internacional que indicam o Brasil como 96º no índice de percepção da corrupção, sendo este crime responsável por menos de 1% dos presos.

O senador fez referência à entrevista concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo, à *Folha de S.Paulo*, afirmando que “no Supremo você tem gabinete distribuindo senha para soltar corrupto”.

— Esta Casa vai continuar não querendo a CPI do Judiciário? Falta mais motivo? Este aqui é de profunda gravidade.



RÁPIDAS

EXPIRA MP QUE TRANSFERIU R\$ 225,7 MI PARA RORAIMA

O *Diário Oficial da União* publicou ontem ato assinado pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, que informa o fim da vigência da Medida Provisória 864/2018, ocorrido na segunda.

Editada em dezembro pelo então presidente Michel Temer, a MP autorizou o governo a transferir R\$ 225,7 milhões para Roraima. Os recursos foram usados para auxiliar a intervenção federal determinada por decreto presidencial, que vigorou até 31 de dezembro de 2018.

EXPLORAÇÃO DA ENERGIA SOLAR E EÓLICA SERÁ DEBATIDA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem audiência para debater o relatório de Wellington Fagundes (PL-MT) ao PLS 384/2016, que permite a assentados da reforma agrária a exploração de energia solar e eólica em suas propriedades, de forma complementar às atividades agrossilvopastoris. O texto determina que a exploração estará sujeita à autorização do órgão responsável pelo Programa Nacional da Reforma Agrária e poderá se dar em até 30% da propriedade.

ERRAMOS

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é vinculado ao Ministério da Cidadania e não à pasta do Desenvolvimento Regional, como publicado em infográfico da reportagem “Aprovada reforma administrativa do governo”, no *Jornal do Senado* de ontem.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Violência doméstica

9h Entre 13 itens, o PLC 26/2017, que prioriza exames periciais em mulheres vítimas de violência doméstica.

CE Fundo da educação básica

9h Audiência para discutir renovação e revisão do Fundeb. A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, está convidada.

CPI DE BRUMADINHO Força-tarefa

9h Audiência com integrantes da força-tarefa em Brumadinho. O procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, é um dos convidados.

CAS Semana da Pessoa Idosa

10h Audiência para debater criação da Semana Nacional da Pessoa Idosa. Entre os convidados, representantes dos Ministérios da Saúde e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

CRE/CMA Aquecimento global

10h Audiência conjunta sobre mudanças climáticas e aquecimento global. Foram convidados, entre outros, pesquisadores da USP e do Ipea. Depois, a Comissão de Relações Exteriores tem pauta de 4 itens, entre eles o PLS 215/2018, que passa a taxa remessa de lucros e dividendos para fora do país, e indicações de embaixadores para a Jordânia, para o Egito e para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

PAUTA FEMININA Ressocialização

10h Evento discute o papel da ressocialização do agressor no combate à violência contra a mulher.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

10h A MP 871/2019, que combate irregularidades em benefícios previdenciários, abre a pauta.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Plenário exclui indicação política de proposta para agências reguladoras

Senado também aprovou ontem indicação de Davi Ferreira Gomes Barreto para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem parte das mudanças feitas pela Câmara dos Deputados em substitutivo ao projeto da lei das agências reguladoras (PLS 52/2013). Os senadores rejeitaram a permissão que havia sido aberta para indicações políticas em empresas estatais. O texto final segue para sanção.

Os senadores também aprovaram a indicação do engenheiro Davi Ferreira Gomes Barreto para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), por 63 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção. Barreto atualmente é conselheiro substituto no Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

O projeto das agências, do ex-senador Eunício Oliveira, contém medidas para garantir a autonomia e dar mais transparência para as agências reguladoras e estabelece meios para evitar a interferência da iniciativa privada no setor re-

gulado. Ele foi aprovado pelo Senado em 2016 e enviado para a Câmara, que o aprovou com diversas alterações em 2018. Oito dessas mudanças foram aceitas pelo Plenário e serão incorporadas ao texto. As demais serão descartadas.

A Câmara havia incluído no texto a revogação de um dispositivo da Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei 13.303, de 2016) que proíbe a nomeação de dirigentes partidários e de parentes de políticos para os conselhos de administração e as diretorias de empresas públicas.

Para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, as normas aprovadas terão o condão de fortalecer o “papel precípua” das agências, que é servir ao cidadão.

Entre as intervenções da Câmara aprovadas estão a inclusão da Agência Nacional de Mineração (ANM) no rol dos órgãos atingidos pela lei e a extensão de algumas normas para o Conselho Administra-



Plenário do Senado durante sessão em que foi aprovada a proposta

tivo de Defesa Econômica (Cade).

Também é introduzida pelo projeto a Análise de Impacto Regulatório (AIR), um procedimento que passa a ser necessário para qualquer mudança ou criação de ato normativo de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados em um determinado setor regulado.

Quanto ao novo diretor da ANTT, Barreto foi sabatinado

nesta semana na Comissão de Infraestrutura (CI), quando se comprometeu a contribuir para o fortalecimento da agência e para a regulação de infraestrutura de transportes no país. O relator da indicação na CI foi Jayme Campos (DEM-MT).

Barreto disse que a ANTT deve ter como agenda o fortalecimento do transporte ferroviário, com meta de passar de 15% para 31% o volume de carga transportada.

Criação de juizados especiais para crimes digitais segue para sanção

Vai à sanção o projeto que autoriza a criação dos juizados especiais criminais digitais. De acordo com o PLC 110/2018, esses juizados vão lidar com a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo cometidas com uso da informática. O texto foi aprovado ontem pelo Plenário.

Segundo a autora, a ex-deputada Laura Carneiro, a criação dos juizados especiais cíveis e criminais contribuiu para dar celeridade ao Judiciário, e o mesmo pode acontecer com os juizados para crimes digitais.

Para o relator do texto na CCJ, Antonio Anastasia (PSDB-MG), os novos juizados vão conferir maior especialização, rapidez e qualidade ao julgamento dos crimes cibernéticos mais leves. “Tal modalidade de infração penal vem aumentando sobremaneira nos últimos tempos, a exemplo do crime de invasão de dispositivo informático e dos crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação) e de ameaça praticados pela internet”, diz o senador no parecer.

Senado aprova MP que recria órgão para proteger dados pessoais

A medida provisória que recria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi aprovada ontem pelo Senado. A criação do órgão havia sido vetada pelo então presidente Michel Temer na sanção da lei que trata do tema (Lei 13.709/2018). A MP 869/2018 busca dar mais proteção aos dados pessoais e estabelece exceções em que o poder público poderá repassar os dados à iniciativa privada, desde que o fato seja comunicado antes ao novo órgão. Aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 7/2019), a medida agora segue para a sanção.

A medida foi aprovada na Câmara dos Deputados na terça-feira e perderia a validade em 3 de junho.

De maneira geral, a transferência de dados das bases do poder público para entidades privadas é proibida, mas o texto final da MP inclui outras duas exceções: quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres e ainda na hipótese de a transferência ter o objetivo exclusivo de prevenir fraudes e irregularidades ou proteger a segurança e a integridade do titular dos dados.

Segundo o relator na comissão especial, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), as mudanças são necessárias para viabilizar serviços como arrecadação tributária, pagamento de benefícios e bolsas e implementação de programas. Entretanto, ele

manteve no texto a necessidade de a autoridade nacional ser informada sobre essa transferência de dados. A MP prorroga o início da vigência da nova lei, de janeiro para agosto de 2020.

A comissão mista especial que analisou a MP foi presidida pelo senador Eduardo Gomes (MDB-TO) e teve o senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) como relator-revisor. Para o relator, não há dúvida sobre os benefícios de uma era mais tecnológica e conectada, porém, há riscos de mau uso desses dados no tráfego de informações. Por isso, registrou Rodrigo, a importância da medida provisória que, entre outras coisas, garante autonomia à ANPD.

— Os dados bem trabalhados valem milhões e muitas vezes

o consumidor tem suas informações comercializadas sem saber. Daí a necessidade de debruçarmos sobre esse tema. O foco que nós, legisladores, precisamos ter é proteger o cidadão — declarou.

O uso de dados pessoais sensíveis (origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política e filiação a sindicato, por exemplo) para obter vantagem econômica, é vedado, de forma geral. O texto permite o uso compartilhado entre controladores de dados com objetivo econômico somente se a troca de dados for necessária para a prestação de serviços de saúde e de assistência farmacêutica ou à saúde, incluídos o diagnóstico e a terapia, em benefício dos interesses dos

titulares dos dados.

O compartilhamento sem consentimento antecipado do titular na área de saúde deverá permitir a execução de transações financeiras e administrativas resultantes do uso e da prestação dos serviços. A ideia é permitir o compartilhamento de dados sensíveis entre diversos prestadores e profissionais de serviços de saúde e autoridade sanitária em benefício do titular.

O relator acatou sugestão com base em audiências para proibir às operadoras de planos privados de saúde o tratamento de dados sensíveis para praticar seleção de riscos na contratação de qualquer modalidade ou na exclusão de beneficiários.

RÁPIDAS

SUBCOMISSÃO SOBRE ESPORTE TERÁ LEILA COMO PRESIDENTE

Para debater o esporte, o ensino da educação física e o funcionamento das categorias de base, a Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base foi instalada ontem na Comissão de Educação (CE). Leila Barros (PSB-DF) foi eleita presidente.

— Eu lutei para instituir essa subcomissão não porque eu acho que só o esporte vai levar o país e os jovens a algum caminho, mas porque eu acredito que esporte, cultura e educação poderiam ser pilares se tivéssemos um melhor aprofundamento dessas questões — disse a senadora. Marcos do Val (Cidadania-ES) será o vice.

PLENÁRIO APROVA ACORDO EDUCACIONAL COM BELARUS

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 49/2019, que confirma acordo de cooperação educacional entre o Brasil e Belarus. O texto será encaminhado à promulgação.

Assinado em São Paulo, em agosto de 2015, o acordo objetiva o estabelecimento de contato e cooperação direta entre as instituições de ensino dos dois países, o intercâmbio e a admissão de brasileiros em cursos de nível superior ou de pós-graduação em Belarus.

O acordo prevê a participação mútua de estudantes em eventos educacionais e o intercâmbio de materiais didáticos.

AVANÇAM INDICAÇÕES PARA CONSELHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, após sabatina, a recondução do promotor de Justiça goiano Lauro Machado Nogueira a mais um mandato no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Também foram aprovados o ex-procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Norte Rinaldo Reis Lima e o procurador de Justiça do MP do Acre Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto para as outras duas vagas destinadas aos ministros públicos estaduais no CNMP no biênio 2019-2021. Agora cabe ao Plenário confirmar ou não os nomes. Todos receberam 25 votos favoráveis e nenhum contrário.



Luis Macedo/CD

Foi aprovado ontem projeto de lei que inscreve o nome de Nelson Carneiro (1910-1986) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria (PL 407/2019). O texto segue para sanção. O político baiano foi autor da Lei do Divórcio. Carneiro foi eleito senador por três vezes e presidiu a Casa entre 1989 e 1990.



Presidente de comissão especial sobre reforma, Otto Alencar (2º à esq.) ouve o diretor da IFI, Felipe Salto (D)

Para IFI, só Previdência não resolve crise fiscal

Em debate sobre a aposentadoria dos militares, diretor de instituição disse que a dívida pública crescente e o baixo crescimento econômico apontam para quadro negativo, difícil de estabilizar

EM DEBATE SOBRE a reforma da Previdência dos militares, na Comissão Especial da Reforma da Previdência, ontem, o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, disse que as mudanças previstas no sistema de aposentadorias e pensões serão insuficientes para cumprir o teto de gastos públicos.

Segundo Salto, a trajetória crescente da dívida pública, que hoje chega a 78,7% do PIB, e o baixo crescimento econômico apontam para um quadro fiscal negativo difícil de estabilizar.

O assessor especial do Ministério da Defesa general Eduardo Castanheira Garrido Alves defendeu o projeto que trata da reforma dos militares (PL 1.645/2019) e disse que a proposição, em tramitação na Câmara, leva em conta as peculiaridades da carreira, que costuma gerir um sistema de proteção social separado da Previdência civil, como ocorre na maioria dos países. Daí a exclusão das Forças Armadas da proposta de emenda à Constituição que trata da reforma da Previdência de

trabalhadores de instituições privadas e de servidores públicos civis (PEC 6/2019).

— Somos diferentes. Não temos direito a hora extra, adicional noturno, adicional de periculosidade, FGTS, gratificações, direito a greve e contribuição patronal por parte da União, ao contrário do que ocorre com trabalhadores civis. Em média, contribuimos por 62 anos.

Carreira

Segundo ele, o projeto, que também reestrutura a carreira militar, permitirá que os integrantes das Forças Armadas tenham uma remuneração típica de carreira de Estado, o que não ocorre hoje e gera distorções nos soldos recebidos.

— Hoje o aspirante sai com remuneração bruta de R\$ 8,6 mil em média. Nosso coronel chegará a uma remuneração máxima de R\$ 16 mil. Nenhuma carreira de estado tem remuneração tão baixa no início, o que gera distorções e dificuldade de acumulação de patrimônio ao longo da carreira.

O consultor legislativo

do Senado Pedro Fernando Nery Ferreira observou que a Previdência dos militares nos estados também deve ser afetada pelo projeto. Atualmente, afirmou, existem 14 estados pagando mais a policiais e bombeiros inativos do que aos em atividade.

Styvenson Valentim (Poder-RN) disse que os estados terão dificuldades em relação às alíquotas de contribuição, dadas as diferenças existentes entre as atividades desempenhadas por um soldado da Polícia Militar e um soldado do Exército.

Estados

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) lembrou que existe a possibilidade de exclusão dos estados da reforma da Previdência, sendo dada aos governadores a opção de aderir, por meio de lei ordinária, ao novo regime previsto para as Forças Armadas.

Otto Alencar (PSD-BA) observou que os aumentos da contribuição e de idade têm que ser definidos agora, para evitar problemas às gerações futuras e garantir a sustentabilidade da Previdência.

Girão afirma ter sido impedido de falar em sessão

Eduardo Girão (Pode-CE) disse que teve a palavra cassada, na sessão de terça-feira, pouco antes de ser aprovada a medida provisória da reforma administrativa (MP 870/2019). O senador pediu explicações ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre, sobre os motivos de ter sido impedido de falar. Girão também criticou a manutenção do Coaf no Ministério da Economia, como propôs a Câmara.

— Entre governo e os anseios do povo brasileiro, eu sempre vou ficar ao lado do povo brasileiro — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

Para Izalci Lucas, aprovação de MP foi acertada

Izalci Lucas (PSDB-DF) afirmou que foi acertada a decisão do Senado de aprovar o texto da Câmara referente à medida provisória da reforma administrativa (MP 870/2019). Ele disse que inicialmente o governo entendeu que o Coaf deveria ficar subordinado ao Ministério da Justiça. Posteriormente, depois do resultado da votação do texto na Câmara, o Executivo defendeu que os senadores não alterassem a MP, para evitar que o texto tivesse que voltar à análise dos deputados, e mantivessem o Coaf no Ministério da Economia. A iniciativa, segundo Izalci, evitou prejuízos à administração do país.

Alvaro anuncia ação no STF contra Coaf na Economia

O líder do Podemos, Alvaro Dias (PR), informou que o partido ajuizou no STF ação para que o texto da MP da reforma administrativa (MP 870/2019), aprovado ontem pelo Senado, seja julgado inconstitucional. Ele defende que prevaleça o texto original da MP, sem as alterações feitas pela Câmara, para que o Coaf fique subordinado ao Ministério da Justiça, e não à pasta da Economia.

— A Câmara dos Deputados, ao desautorizar o Executivo, invadiu a sua competência, feriu a Constituição — avaliou.



Pedro França/Agência Senado

Comissão de Educação promove audiência para debater o Fundeb

A Comissão de Educação, (CE) vai promover audiência hoje, às 9h, sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O debate é uma sugestão dos senadores Marcos do Val (Cidadania-ES) e Flávio Arns (Rede-PR) e terá representantes do Ministério da Economia, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Confederação Nacional de Municípios. Os governos do Rio Grande do Norte e de São Paulo também devem enviar

representantes para o debate.

O Fundeb é um conjunto de fundos contábeis formado por recursos dos três níveis da administração pública para promover o financiamento da educação básica. É considerado o principal mecanismo de financiamento da educação pública no país, mas vence em 2020. O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC 33/2019) para tornar o Fundeb permanente. Outra proposta de mesmo teor (PEC 65/2019) foi apresentada pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Minha Casa, Minha Vida pode ter novas exigências ambientais

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto que impõe regras de adequação ambiental para empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. O PLC 34/2018 ainda terá que ser votado pelo Plenário.

O texto, da ex-deputada Moema Gramacho, exige que os imóveis do programa contem com estrutura para gestão de resíduos sólidos, aproveitamento de água da chuva, reutilização de água usada e geração de energia solar. Além disso, o projeto promove estímulos à atividade econômica, exigindo a instalação de espaços físicos para o funcionamento de cooperati-

vas, associações, profissionais e microempreendimentos.

Atualmente a lei já tem várias exigências de infraestrutura: vias de acesso, iluminação pública, esgotamento sanitário e ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica.

O relator da proposta, senador Jaques Wagner (PT-BA), acatou mudanças que já haviam sido aprovadas pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), grande parte delas de redação. Outras mudanças acatadas preveem a regulamentação de pontos do texto pelo Executivo. O relator também fez mudanças na técnica legislativa, para a melhor compreensão do texto.

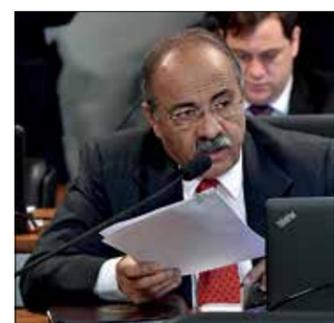
Colegiado aprova incentivo para doações a pesquisa científica

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem projeto que permite a dedução das doações a projetos de pesquisa científica e tecnológica da base de cálculo do Imposto de Renda (PL 776/2019). Os projetos devem ser executados por instituição científica e tecnológica ou por entidades científicas e tecnológicas privadas sem fins lucrativos.

De Chico Rodrigues (DEM-RR), a proposta estabelece os mesmos limites de dedução do IR permitidos para gastos com instrução do contribuinte e de seus dependentes. Hoje esse valor é de até R\$ 3.561,50.

Izalci Lucas (PSDB-DF) foi nomeado relator-substituto e argumentou que a dedução de recursos doados para universidades é uma tradicional política adotada por países desenvolvidos.

O projeto segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que



Rodrigues é autor do projeto que prevê dedução do IR para doações

fará votação final.

A CCT aprovou também requerimento de Izalci para audiência sobre a necessidade de recomposição dos quadros das instituições das carreiras de ciência e tecnologia e de seus orçamentos.

Na justificativa, ele ressalta que as carreiras perderam 75% dos quadros nas últimas três décadas por motivos como evasão por salários baixos, e pelos constantes cortes e contingenciamentos orçamentários.

Relator é favorável a decretos do presidente Bolsonaro sobre armas

Para o senador Marcos do Val, os decretos concretizam uma política de segurança pública do Executivo e têm apoio da população

RELATOR DOS PROJETOS de decreto legislativo que pretendem derrubar as regras editadas pelo presidente Jair Bolsonaro sobre armas de fogo, o senador Marcos do Val (Cidadania-ES) apresentou ontem seu voto pela rejeição das seis propostas que apontam a ilegalidade e inconstitucionalidade da iniciativa do Executivo. Depois da leitura do relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a presidente do colegiado, Simone Tebet (MDB-MS), adiou a discussão para a próxima semana.

O presidente Jair Bolsonaro já editou dois decretos sobre o assunto. Ambos dividiram opiniões na Câmara e no Senado.

Na avaliação do relator, a definição objetiva dos critérios para a aquisição e posse de arma de fogo e a especificação dos indivíduos que podem portá-la “concretizam uma política de segurança pública definida pelo Poder Executivo federal, que buscou atender de modo eficaz as necessidades urgentes da sociedade, dentro das balizas previstas em lei”.

Em relação ao porte de armas, o senador alega que o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826,

de 2003), embora proíba o porte como regra, autoriza-o para integrantes das Forças Armadas, para agentes que atuam em órgãos de segurança pública, para integrantes de determinadas carreiras e para atiradores desportivos. Além disso, acrescenta o relator, a lei sempre permitiu o porte de arma de fogo ao cidadão comum, desde que ele apresente efetiva necessidade de portá-la e comprove os requisitos de idoneidade, ocupação lícita e residência certa, bem como capacidade técnica e aptidão psicológica.

Para o relator, ao contrário do que foi trazido nos projetos de decreto legislativo, a maioria do povo brasileiro é a favor da li-

berdade para se adquirir armas, mesmo que muitos cidadãos não queiram, necessariamente, possuí-las em casa.

Referendo

Marcos do Val lembrou que, no referendo realizado em 2005, 63% dos brasileiros votaram a favor do comércio de armas.

— O Portal e-Cidadania do Senado demonstra que as modificações promovidas com o Decreto 9.785 [o primeiro texto sobre armas editado por Bolsonaro] contaram com forte apoio popular, registrando maciça oposição aos projetos de decreto legislativo [PDLs] em análise. A pesquisa feita quanto aos PDLs registrou um total de 43.241 votos contrários

e apenas 1.624 votos a favor, ou seja, 96,38% das manifestações registradas no portal disseram não aos PDLs — observou.

O segundo decreto (9.797) foi publicado no *Diário Oficial da União* de quarta-feira da semana passada. Os senadores que pedem a derrubada dos decretos argumentam que, ao flexibilizar as regras sobre armas e munições, o presidente exorbitou o poder regulamentar do Executivo, criando direitos. Sustentam ainda que o Estatuto do Desarmamento é uma lei restritiva, e o novo decreto amplia a posse e o porte de armas, mesmo sendo a população majoritariamente contra.

Anticrime

A CCJ adiou para terça-feira debate sobre o projeto que define medidas contra a corrupção, o crime organizado e a violência (PL 1.864/2019). A reunião estava prevista para hoje.

A presidente da comissão, Simone Tebet (MDB-MS), informou que, em vez de fazer dois debates, como inicialmente previsto, será feito um só.

— Teremos condições de ouvir todos os convidados em uma única audiência — explicou.



Marcos do Val lembrou referendo em que o povo se mostrou pró-armas

Especialistas se dizem preocupados com flexibilização

O alcance e os possíveis danos dos decretos do presidente Jair Bolsonaro que flexibilizam as regras para aquisição, cadastro, registro, posse, porte e comercialização de armas de fogo e munições foram discutidos ontem em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Os debatedores, em geral, foram contrários à flexibilização das normas, assim como os senadores Eduardo Girão (Pode-CE), Paulo Paim (PT-RS) e Styvenson Valentim (Pode-RN).

— Deixar as pessoas andarem com arma é o mesmo que decretar a falência completa e terceirizar ao cidadão uma responsabilidade de segurança que cabe ao Estado — disse Girão.

A liberação da posse de armas nos Estados Unidos e do porte em alguns estados americanos

foi um exemplo usado pelos debatedores para prever o que pode acontecer no Brasil.

Falando em nome da International Police Association (IPA), o policial federal Joel Mazo citou que nos EUA o número de crimes contra a população em estados desarmados seria três vezes superior ao dos estados em que o porte de armas é liberado.

Mazo disse que o comportamento do criminoso na sociedade armada e na desarmada é muito diferente. De acordo com ele, no primeiro caso, ele está atento à possibilidade de entrar em uma condição de igualdade com a vítima, que pode ou não estar armada. Mazo sustentou que a quase certeza de que a vítima está desarmada leva a mais crimes.

Ele defende, contudo, o controle da munição e dos calibres,

para que o cidadão não tenha o mesmo tipo de armamento das forças policiais.

Representante do Instituto Sou da Paz, Felipe Angeli questionou os dados de Mazo. Ele contou que nos Estados Unidos alguns estudos foram revistos e mostram que os estados em que se permite o porte de armas o número de crimes violentos aumentou.

Dados

Girão também questionou os dados de Mazo usando informações do Centro de Política sobre Violência dos Estados Unidos, segundo o qual para cada tentativa de defesa armada bem-sucedida, 32 dão errado e a vítima morre. Ele também contestou a ideia de que a arma em casa dá segurança ao morador.

— Se o ladrão entra na sua

casa e vasculha e acha a sua arma, ele vai entender que ela está ali para matá-lo, então a agressividade dele contra o dono da arma é aumentada.

Nazareno Feitosa, do Movimento Vida em Paz, disse que a arma para o bandido é muito atrativa, porque, além de ser instrumento de trabalho, vale dinheiro rápido no mercado ilegal.

— Ter uma arma em casa chama o bandido para assaltar.

A ideia de que mais armas circulando leva ao aumento da violência foi frisada por Isabel Figueiredo, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ela apontou estudos do Ipea segundo os quais existe uma relação proporcional entre as variáveis arma e homicídio: 1% a mais de armas de fogo transitando numa sociedade implica 2% a mais no índice de homicídios.

Styvenson reforçou a lista de reclamações sobre o decreto.

— Esse decreto é frouxo, o Estatuto do Desarmamento é fraco. Tem de ser mais rígido o controle para quem quer ter arma. Não é só saber atirar. É ter controle psicológico. Nem na polícia isso está sendo aferido, como garantir que a população tem esse controle?

Esperidião Amin é contra fusão da CGTEE com Eletrosul

Esperidião Amin (PP-SC) criticou a intenção do governo de fundir a Eletrosul e a



Waldemir Barreto/Agência Senado

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) — Eletrobras. Para o senador, a medida vai contra a lógica do capitalismo porque uma empresa é considerada financeiramente saudável e a outra, não.

— Uma empresa que tem saúde financeira seria incorporada a uma empresa com R\$ 4 bilhões de prejuízos acumulados, numa tal fusão reversa, que é o inverso do que a ética e o próprio capitalismo prescrevem.

Plínio critica prazo curto que o Senado tem para votar MPs

Ao analisar o resultado da votação na terça-feira da medida provisória que trata da reorganização do Executivo e da redução do número de ministérios (MP 870/2019), Plínio Valério (PSDB-AM) criticou o curto prazo que o Senado tem para votar MPs.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador disse que a Câmara, quando demorar a analisar as proposições, impede que os senadores promovam alteração nos textos, sob o risco de as MPs perderem a validade.

— Gastam-se 119 dias na Câmara e nós temos apenas um dia para votar.

Chico Rodrigues elogia ações governamentais

Chico Rodrigues (DEM-RR) elogiou as ações praticadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Para o senador, medidas simples como a redução de ministérios e assessores e a eliminação de despesas com passagens e alimentação de ministros contribuem significativamente para a economia do país. Rodrigues disse que o governo também investiu em ações sociais ditas de governos esquerda, como a criação do décimo terceiro salário para o Bolsa Família e a construção de poços artesianos na Região Nordeste.

— Essas medidas têm sido incompreendidas por alguns, mas admiradas e seguidas por muitos — afirmou.



Policial federal, Joel Mazo (D) defende posse e porte de armas em audiência presidida por Paulo Paim (2º à dir.)

Novos prédios e equipamentos públicos deverão ser acessíveis

Projeto aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional torna obrigatório o uso do chamado desenho universal, em que o projeto é feito para ser usado por todos, sem necessidade de adaptação

PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS públicos podem ficar sujeitos a regras para garantir maior acessibilidade. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto que torna obrigatório o chamado desenho universal, em que os prédios são projetados para uso por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação. Se não houver recursos para a análise do Plenário, o texto segue para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o PLS 402/2018, do ex-senador Hélio José, todos os novos projetos de prédios, transportes, sistemas e tecnologias da informação e comunicação, além de equipamentos e instalações abertos ao público, tanto na zona urbana como na rural, deverão ser adaptados para que qualquer pessoa consiga acessá-los. O projeto busca atender à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pelo Brasil em 2009.

Segundo o autor, as cidades brasileiras se apresentam hostis aos pedestres em geral e às pessoas com mobilidade



Styvenson Valentim e Mara Gabrielli, que relatou a proposta na comissão

reduzida em particular. “São calçadas esburacadas, escorregadias, descontínuas, irregulares ou mesmo inexistentes. Há centenas de prédios públicos nos quais pessoas com deficiência não conseguem entrar ou mesmo serem atendidas”, afirma Hélio José ao justificar o projeto.

A relatora na CDR, Mara Gabrielli (PSDB-SP), votou pela aprovação do projeto. Para a senadora, incluir o desenho universal no projeto contempla a diversidade humana. O desenho universal, explicou, pode facilitar a vida de todas as pessoas, não só as que têm algum tipo de dificuldade.

“A proposição nada mais faz do que reafirmar o compromisso da sociedade brasileira com a qualidade de vida de todas as pessoas. Não se trata aqui apenas das pessoas com deficiência, mas de todos os usuários dos equipamentos urbanos”, diz a senadora, que sugeriu apenas uma emenda de redação, na qual substitui a expressão “Estatuto da Pessoa com Deficiência” por “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) elogiou o texto e afirmou que é preciso conscientizar gestores sobre a questão da acessibilidade.

Comissão debate Semana Nacional da Pessoa Idosa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove hoje audiência para debater a instituição da Semana Nacional da Pessoa Idosa, a ser comemorada anualmente de 1º a 8 de outubro.

Autor do requerimento para a realização da audiência pública, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) alega que a criação da Semana Nacional da Pessoa Idosa é uma oportunidade de dar destaque mais amplo às questões dessa camada da população, da assistência aos idosos e de sua integração e participação na sociedade, bem como da independência que lhes é

inerente e que lhes deve ser garantida em direitos, como oportunidade de trabalho, lazer, educação e segurança.

A população idosa (acima de 60 anos) deve dobrar no Brasil até 2042, na comparação com os números de 2017. Os dados são do IBGE.

Renda

O instituto aponta ainda que, desde 2016, há uma forte tendência de crescimento do número de domicílios cuja principal fonte de renda são aposentadorias e pensões.

Foram convidados para o debate a defensora pública Paula Regina de Oliveira Ri-

beiro, a pesquisadora do Ipea Ana Amélia Camarano, o vice-coordenador da Universidade da Maturidade, Luiz Sinésio Silva Neto, o presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Carlos André Uehara, a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Maria Lúcia Secoti, a coordenadora-geral do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Dalia Romero, e a presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento, Marília Anselma Viana da Silva Berzins.

Cardápio em braile e reajuste em bolsa estão na pauta de comissão

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) analisa hoje dois projetos de lei que alteram o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015) para ampliar os direitos dessa população. Estão na pauta da comissão o PLS 124/2017, que reserva duas vagas gratuitas no transporte coletivo interestadual a pessoas com deficiência, e o PL 1.550/2019, que obriga bares, lanchonetes e restaurantes oferecer cardápios em braile.

A primeira proposta é de Paulo Paim (PT-RS). Ela define que as empresas transportadoras devem reservar os assentos às pessoas com deficiência até 48 horas antes da viagem. Não havendo interessados, ficam liberadas para vender os bilhetes de passagem. A proposta valerá para todas as categorias de transporte coletivo: terrestre, hidroviário e aéreo.

A relatora na CDH, Zenaide Maia (Pros-RN), é favorável ao projeto. A senadora defende que é necessário aplicar os deveres gerais já presentes no sistema legal, como os fixados na Constituição e na

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O texto será votado em decisão terminativa.

Já o PL 1.550, de Confúcio Moura (MDB-RO), exige que seja disponibilizado ao menos um exemplar do cardápio em braile em bares, lanchonetes e restaurantes. O projeto dá o prazo de 180 dias após a publicação da lei para que os estabelecimentos se enquadrem à nova norma.

O relator, Romário (Pode-RJ), deu parecer favorável, considerando que é preciso fomentar a independência e a autonomia das pessoas com deficiência visual. O projeto precisa ser analisado ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Bolsas de pesquisa

Também deve ser analisada a Sugestão Legislativa (SUG) 34/2018, que determina aumentos anuais das bolsas de pós-graduação e também reajusta retroativamente as bolsas em vigor. A ideia, apresentada ao Senado no ano passado por meio do Portal e-Cidadania.

Lasier: 1º transplante de pulmão da América Latina faz 30 anos

Os 30 anos do primeiro transplante de pulmão da América Latina, realizado em maio de 1989, foi lembrado em Plenário por Lasier Martins (Pode-RS). O senador afirmou que o procedimento aconteceu na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, responsável também pelo primeiro transplante de rim e pâncreas, de forma conjugada, em 1987. Lasier disse esperar que essas conquistas inspirem a mobilização em favor da aprovação, pela Câmara, de projeto dele (PLS 453/2017) para facilitar a doação de órgãos para transplantes no Brasil.



Lasier Martins

Paulo Paim convoca para manifestação a favor da educação

Paulo Paim (PT-RS) convocou ontem estudantes, professores, trabalhadores e aposentados para a manifestação em defesa da educação e contra a reforma da Previdência, prevista para hoje em todos os estados.

O senador julgou injusto o bloqueio no orçamento dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, anunciado pelo governo no início do ano. Na visão de Paim, essas áreas devem ser priorizadas quando se objetiva o desenvolvimento das pessoas e do país.

— Aonde o governo quer chegar? Há uma nítida tentativa de inviabilizar a educação brasileira — disse.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro secretário: Sérgio Petecão
Segundo secretário: Eduardo Gomes
Terceiro secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Vai à Câmara idade maior para pensão a filho

Segundo proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais, o limite de idade para receber pensão por morte do pai ou da mãe poderá ser ampliado de 21 para 24 anos

O LIMITE DE idade para que os filhos recebam pensão por morte dos pais poderá ser ampliado de 21 para 24 anos, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto (PLS 19/2017) seguirá para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para análise pelo Plenário do Senado.

A intenção da autora, Rose de Freitas (Pode-ES), é evitar a inserção prematura do jovem no mercado de trabalho e a interrupção de sua formação universitária. O projeto altera a Lei 8.213, de 1991, que regula os Planos de Benefícios da Previdência Social. “Entendemos que tal medida, embora possa representar um custo adicional ao sistema, traz muito mais benefícios à sociedade e às famílias brasileiras do que a

suspensão do seu pagamento”, justificou a senadora.

O relator, Rogério Carvalho (PT-SE), recomendou a aprovação, com emenda que restringiu a ampliação do recebimento da pensão por morte pelo filho de até 24 anos apenas se ele comprovar vínculo escolar. “Evita-se, com isso, que se desvirtue a finalidade para qual o projeto foi criado”.

A CAS adiou a votação do PLS 40/2016, que insere a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário na lista de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O voto do relator, Chico Rodrigues (DEM-RR), é pela prejudicialidade. Ele considera “inapropriada” a regulação do assunto por lei. Os demais senadores da



Antonio Anastasia e Rogério Carvalho, que apresentou emenda restringindo a pensão a quem estiver estudando

comissão, no entanto, pediram mais tempo para avaliar o texto.

A proposta, de Dário Berger (MDB-SC), já foi aprovada na Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania (CCJ) e, após análise na CAS, será votado em decisão final pela Comissão de Educação (CE).

Outra votação adiada pela

CAS foi a do projeto que libera a movimentação da conta vinculada do FGTS para estimular a abertura de micro e pequenas empresas. O PL 685/2019 recebeu voto favorável com uma emenda do relator, Styvenson Valentim (Pode-RN).

Chico Rodrigues pediu mais tempo para analisar a proposta. O autor, senador Jorginho Mello (PL-SC), apresentou o texto durante seu mandato na Câmara, e decidiu resgatá-la por entender que a iniciativa ajudaria a impulsionar muitos empreendimentos novos, que “não completam o ciclo inicial de formação por falta de capital de giro e de recursos para fazer frente aos primeiros meses de consolidação da atividade”.

O texto será incluído na pauta da próxima reunião da CAS. Em seguida, vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à qual caberá a decisão final.

Ministério da Defesa pede apoio para programa de incentivo a jovens

O diretor do Departamento do Desporto Militar do Ministério da Defesa, general Jorge Antonio Smicelato, pediu na reunião da CAS de ontem o apoio dos senadores ao Programa Forças no Esporte (Profesp) e ao Projeto João do Pulo. Ele explicou que as atividades são destinadas a crianças, adolescentes e jovens, com idades entre 6 e 18 anos, em estado de vulnerabilidade social.

Entre os objetivos dos programas apresentados pelo general, estão a promoção

da valorização pessoal e o fortalecimento da inclusão e da integração social, por meio de atividades físicas e sociais inclusivas, além da revelação de talentos. Iniciado em 2003, com 400 jovens, o programa já conta com 28.400 crianças atendidas este ano, disse Smicelato. Ele também informou que o Profesp está presente em todas as capitais, tendo como meta alcançar 35 mil beneficiados, até o final do ano.

De acordo com o general, a manutenção de cada aluno

custa, em média, R\$ 240 por mês. O total necessário para a continuidade do programa, segundo ele, é de R\$ 71,26 milhões por ano.

— Não abrimos mão da prática desportiva, mas inserimos outras atividades, como o reforço escolar e atividades culturais e de promoção da cidadania. Se algum parlamentar quiser, pode visitar o programa em alguma das cidades onde está instalado e apresentar emendas, porque a gente garante a aplicação do recurso — explicou.

Ex-atleta, a senadora Leila Barros (PSB-DF) destacou a contribuição das Forças Armadas para a formação de estudantes, ressaltando que esses grupos representam a extensão das famílias para muitos jovens.

— Não estamos falando apenas de esporte, mas de auxílio escolar, de cultura, de um programa exitoso. Ajudar na compreensão de que o esporte contribui com a formação, com a cidadania e valores é a minha missão aqui no Senado.

Texto dá visto de até um ano para jovem que for à Alemanha

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) pode analisar hoje um acordo assinado entre os governos do Brasil e da Alemanha que trata da concessão mútua de vistos de férias-trabalho, com um ano de duração. O projeto (PDL 58/2019) já foi aprovado pela Câmara e, após a análise da CRE, seguirá ao Plenário.

O acordo trata da concessão de visto temporário a jovens de ambos os países com idades entre 18 e 30 anos. O visto permitirá a permanência por até um ano no território do outro país para fins de turismo, com a possibilidade de exercer um trabalho formal. O jovem não poderá estar acompanhado por dependentes e deverá já dispor do bilhete de retorno ao país de origem. O bilhete de retorno poderá ser dispensado caso o jovem comprove possuir recursos financeiros para a compra da passagem

de volta no prazo estipulado.

Um outro requisito será ter plano de saúde e seguro contra acidentes válido durante todo o período de estadia no outro país, com cobertura de gastos com hospitais e repatriamento em caso de doença ou morte.

O jovem deverá dispor de recursos financeiros suficientes para bancar o próprio sustento no início do período da estada, cujo valor será estipulado pelas autoridades de cada país.

“A meu ver, esse acordo conforma o mundo jurídico a uma realidade já existente. Apesar de tratar de um visto cujo objetivo é viabilizar ao jovem turista a possibilidade de ter uma complementação financeira, a meu ver ele pode tornar-se também uma janela de oportunidades futuras para quem conseguir obtê-lo”, pontua o relator, senador Esperidião Amin (PP-SC), favorável à aprovação.

Aprovado projeto que obriga alertas em rótulos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o projeto que inclui o indicativo da composição nutricional na embalagem de produtos com teores elevados de açúcar, sódio e gorduras. O PL 2.313/2019, de Jorge Kajuru (PSB-GO), tem parecer favorável, com emenda, do relator, Romário (Pode-RJ).

“O modelo de rotulagem nutricional utilizado no Brasil não cumpre sua finalidade. As informações apresentadas são

de difícil compreensão, e estão localizadas na parte de trás da embalagem, praticamente escondidas do consumidor”, justificou Kajuru.

As mensagens de advertência deverão ser claras, destacadas, legíveis e de fácil compreensão, impressas na parte frontal da embalagem. Ficam isentos da regulamentação produtos cujos teores de sódio, açúcar e gorduras sejam intrínsecos ao alimento: aditivos alimentares e coadju-

vantes de tecnologias (como fermentos, catalisadores e enzimas usados na fabricação e regulados), hortaliças, sucos de frutas, nozes, castanhas e sementes, carnes e pescados in natura, refrigerados e congelados, leites, iogurtes e queijos, leguminosas, azeites, óleos vegetais e óleos de peixe.

Romário considerou importante regular a rotulagem em lei, visto que a indústria frequentemente questiona na Justiça a validade de atos instituídos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), “muitas vezes para obter efeito procrastinador”.

Romário promoveu ajustes de redação no texto, que segue para votação final na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Se o projeto for aprovado, os produtos fabricados até o início da vigência da lei poderão ser comercializados até o final do prazo de validade.



Para Kajuru, modelo de rotulagem no Brasil não informa o consumidor

MP da regularização ambiental recebe críticas

Participantes de debate sobre os sete anos do Código Florestal disseram que a prorrogação do prazo para inscrição no Cadastro Rural premia quem não cumpre a legislação

O ATUAL CÓDIGO Florestal, vigente há sete anos, foi tema de audiência, ontem, na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Os debatedores fizeram um balanço dos avanços desde a sanção da Lei 12.651, de 2012, e criticaram a medida provisória que prorroga o prazo máximo para proprietários rurais aderirem ao programa governamental de regularização ambiental (MP 867/2018).

A audiência foi conduzida pelo presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES). O senador se posicionou contra à MP, por entender que as mudanças vão beneficiar apenas 4% de proprietários rurais, desconsiderando 96% que já estão adaptados à legislação. Ele criticou também o fato de que a medida vai chegar ao Senado com pouco tempo para análise, pois a medida tem de ser votada até segunda-feira para não perder validade.



Roberta del Giudice, Fabiano Contarato e Tasso Azevedo debatem o código

A secretária-executiva do Observatório do Código Florestal, Roberta del Giudice, informou que o Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pelo novo código, está implementado em todos os estados e no Distrito Federal há 5 anos. Já o Programa de Regularização Ambiental (PRA) foi implementado até o momento em 17 estados e no DF. Roberta explicou que a inscrição no CAR é o primeiro passo para que o

proprietário rural promova a regularização ambiental dos imóveis. Em seguida, ele tem a opção de aderir ao PRA, que proporciona a regularização de passivos ambientais e infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito.

O país já tem mais de 514 milhões de hectares cadastrados no CAR, totalizando mais de

5,6 milhões de imóveis, disse Roberta. Ela entende que prorrogar o prazo para inscrição premia proprietários que não cumprem o Código Florestal.

— Somente pouco mais de 147 mil imóveis rurais não cumprem a regra, enquanto o restante já começou a adotar medidas para se adequar.

Ela disse ainda que o desmatamento de florestas nativas é a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa (51% das emissões) no país.

— As alterações promovidas pela MP 867 garantem novas anistias que podem chegar a mais de 6 milhões de hectares dispensados de recuperação.

Para o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Raoni Rajão, prorrogar o prazo de inscrição no CAR só beneficiaria médios e grandes proprietários que não respeitaram a legislação.

O senador Confúcio Moura

(MDB-RO) afirmou que o desmatamento causa danos ambientais e comerciais ao país. Ele disse que a MP não trata de tema urgente e relevante, como manda a Constituição.

O coordenador técnico do Observatório do Clima e coordenador-geral do MapBiomass, Tasso Azevedo, informou que o Brasil ainda tem 63,3% de seu território coberto por florestas, enquanto 29,4% estão em uso pela agropecuária. Segundo ele, o Brasil possui atualmente 259 milhões de hectares de áreas protegidas (terras indígenas, unidades de conservação e áreas de proteção ambiental). Para a agropecuária, são 245 milhões de hectares.

— O principal motor do desmatamento é o pasto para pecuária. No país, houve desmatamento de 40 milhões de hectares de 1985 a 2017, sendo 90% dessa área destinada a pastagens.

CPI ouve procuradores e promotora que integram força-tarefa de Brumadinho

Integrantes da força-tarefa do Ministério Público que investiga responsabilidades do rompimento de barragem da empresa Vale em Brumadinho (MG) serão ouvidos hoje, às 9h, na CPI do Senado sobre o assunto.

A comissão parlamentar de inquérito foi instalada em março para apurar as causas da catástrofe ocorrida em 25 de janeiro na cidade e aferir as condições de outras barragens de mineração no país.

O rompimento da barragem de rejeitos tóxicos da Vale no Córrego do Feijão matou

mais de 240 pessoas e poluiu o rio Paraopeba. Participam da reunião a promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais Andressa Lanchotti, o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, e o procurador da República em Minas Gerais José Adércio Sampaio.

A CPI já ouviu ex-dirigentes (presidentes e diretores) da Vale, auditores, engenheiros, funcionários e gerentes da empresa. Também já compareceram às audiências representantes da Agência Nacio-

nal de Mineração (ANM) e da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais.

Presidida pela senadora Rose de Freitas (Pode-ES), a CPI tem como relator Carlos Viana (PSD-MG). A comissão analisa 41 projetos de lei sobre o tema que tramitam tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. O prazo final para os trabalhos é 10 de julho mas, segundo Carlos Viana, o relatório será entregue antes.

— Nossa expectativa é entregar o relatório no prazo, em 2 de julho. Estou muito con-

fiantes que o Senado vai dar uma contribuição importante para uma nova legislação sobre a questão das barragens

para que nós não assistamos mais ao que vimos em Minas Gerais pela segunda vez — disse o senador.



Rose de Freitas e Carlos Viana, presidente e relator da CPI de Brumadinho

Confúcio critica ações que geram riscos à Amazônia

Confúcio Moura (MDB-RO) sugeriu que os integrantes do governo tenham mais cuidado



Valdemir Boreto/Agência Senado

ao se manifestar sobre a preservação do meio ambiente. Para o senador, algumas declarações podem estimular ações que geram danos à Amazônia, como o desmatamento e a extração ilegal de madeira. Confúcio lamentou ainda que exista no Congresso um clima de reação às leis de proteção ambiental.

— Parece que houve um alvoroço enorme de incitação de parlamentares a apresentar proposições no sentido de estimular a degradação ambiental na Amazônia.

Para Jader, Fundo Amazônia não deve ser alterado

Jader Barbalho (MDB-PA) criticou a intenção do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de alterar as normas do Fundo Amazônia para indenizar a desapropriação de terras em áreas protegidas. Gerido pelo BNDES, o fundo recebe doações da Alemanha e da Noruega, que são empregadas em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento. Segundo Jader, o Brasil corre o risco de perder credibilidade.

— Já existe um fundo de compensação por obras públicas, com aproximadamente R\$ 1 bilhão, para ser usado em regularização fundiária.



Valdemir Boreto/Agência Senado

Aquecimento global será tema de nova audiência

A segunda audiência conjunta das comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Meio Ambiente (CMA) sobre a influência humana nas mudanças climáticas será realizada hoje, a partir das 10h.

Para o debate, foram chamados cientistas que concordam com as conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pelas principais pesquisas relacionando ao aumento das emissões de dióxido de carbono (CO₂), o gás acusado de acelerar o aquecimento global, com a poluição atmosférica causada pelo homem, principalmente da queima de combustíveis fósseis (carvão e petróleo).

São eles o climatologista Carlos Nobre, o astrogeo-

físico Luiz Gylvan Meira, o físico Paulo Artaxo, o biólogo e ecólogo Gustavo Luedemann e a geobotânica e bióloga Mercedes Bustamante.

A lista de convidados atende a um pedido do presidente da CMA, senador Fabiano Contarato (Rede-ES).

Na terça-feira as comissões ouviram, por sugestão do senador Marcio Bittar (MDB-AC), o climatologista Luiz Carlos Molion, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e o geógrafo Ricardo Felício, da Universidade de São Paulo (USP), ambos opositores da tese de que as atividades humanas são as principais responsáveis pelo aumento da temperatura média verificada no planeta.

A intenção de Contarato é fazer um contraponto às falas de Molion e Felício.

— Esses dois são pesquisa-

dores cuja linha investigativa aponta para a existência de manipulação e falsificação nos dados e resultados de pesquisas, e colocam em xeque o trabalho de muitos estudiosos vinculados a pesquisas sobre mudanças climáticas e aquecimento global. Defendo que não ouçamos apenas defensores dessa mesma linha de pesquisa, por respeito ao contraditório — afirmou.

Soraya Thronicke (PSL-MT) endossou o convite a Carlos Nobre.

— É o climatólogo brasileiro de maior renome internacional, um dos poucos pesquisadores estrangeiros aceitos pela Academia de Ciências norte-americana. Seu trabalho tem foco na dimensão biofísica das mudanças climáticas e o impacto no processo de savanização da Amazônia — disse a senadora.